

Factores Determinantes do Endividamento dos Municípios do Alto Trás-os-Montes

Nuno Adriano Baptista Ribeiro¹, Susana Margarida Faustino Jorge²

1. Instituto Politécnico de Bragança
Campus de Santa Apolónia - Apartado 134
5301-857 Bragança – Portugal
nunoa@ipb.pt
2. Universidade de Coimbra
Av. Dias da Silva, 165
3004-512 Coimbra – Portugal
susjor@fe.uc.pt

Área temática: Finanças

Factores Determinantes do Endividamento dos Municípios do Alto Trás-os-Montes

Resumo:

A situação económica internacional tem colocado, cada vez mais, na ordem do dia a temática do endividamento dos Estados. Terá de existir uma preocupação constante de consolidação das finanças públicas, da qual não poderá ser excluída a Administração Local.

Neste contexto será fundamental controlar o endividamento dos municípios, pelo que emerge a necessidade de criação de mecanismos que permitam, aos próprios e aos organismos de controlo, geri-lo e analisá-lo de forma credível.

Este trabalho pretende definir um modelo que identifique e conjugue os determinantes do nível de endividamento dos municípios portugueses do Alto Trás-os-Montes, na tentativa de poder contribuir para um melhor conhecimento do mesmo.

Os resultados obtidos, com a validação do modelo, permitem concluir que, para o ano de 2007, os factores institucionais, político-ideológicos, fiscais e económico-financeiros parecem influenciar o endividamento dos municípios da região do Alto Trás-os-Montes. São, no entanto, os económico-financeiros que melhor o explicam, considerando que o modelo apresenta valores significativos para a maior parte deles.

Palavras-chave: Endividamento municipal, Administração Local, Determinantes do endividamento.

Introdução

A situação económica internacional tem contribuído para que muitos países, tenham agravado os seus défices públicos. Numa tentativa de resolver esses défices, são muitos os que têm recorrido, repetidamente, ao endividamento público, o que poderá agravar ainda mais a sua situação económica.

No que se refere especificamente ao endividamento dos níveis descentralizados de Governo, constata-se que constitui um instrumento fundamental para que possam, em circunstâncias de insuficiência de financiamento próprio e da Administração Central, cumprir com as atribuições que lhes estão cometidas por lei.

Desta forma, emerge a necessidade de um maior controlo das finanças públicas, especificamente do endividamento, existindo já vários países, ao nível mundial, que têm, nos dias de hoje, uma grande preocupação em controlar o défice público, tentando manter a disciplina fiscal e a estabilidade macroeconómica (Lobo & Ramos, 2009).

O controlo do défice público exige adicionalmente um apropriado enquadramento legal e institucional, não só ao nível do Governo Central, mas também em relação ao endividamento dos níveis descentralizados (autarquias e regiões). Segundo Lobo e Ramos (2009), vários países da UE adoptaram já medidas restritivas de forma centralizada ou descentralizada¹.

Constata-se portanto que é essencial controlar o endividamento dos municípios, pelo que, para além dos limites estabelecidos na lei, urge a necessidade de criação de outros mecanismos que permitam, aos próprios e aos organismos de controlo, fazer uma análise e gestão eficiente daquele.

Neste sentido, o objectivo desta investigação é a definição de um modelo que identifique e conjugue os determinantes do nível de endividamento dos municípios portugueses, tomando como referência o caso específico dos municípios do Alto Trás-os-Montes. Assim, serão estudados os principais aspectos institucionais, político-ideológicos, fiscais e económico-financeiros, apresentados na literatura, tentando perceber quais e de que forma influenciam o endividamento dos municípios do Alto Trás-os-Montes, para o ano de 2007.

Para a consecução do objectivo definido, este trabalho compreenderá, para além desta Introdução e de uma Conclusão, dois pontos fundamentais. O primeiro apresentará a revisão de literatura sobre os vários determinantes do endividamento da Administração Local.

¹ Por exemplo a *Ley Reguladora de las Haciendas Locales* em Espanha estabelece, de entre outros aspectos, restrições ao endividamento municipal, através do regime de autorizações prévias.

A definição do modelo de análise dos determinantes do endividamento para os municípios do Alto Trás-os-Montes, bem como os resultados e discussão das hipóteses serão apresentados no segundo ponto.

1. Os determinantes do endividamento na Administração Local

A classificação dos determinantes do endividamento, tendo por base a literatura², não é uniforme. Desta forma, e numa tentativa de homogeneização, agruparemos os factores em quatro grupos, que apresentaremos de seguida.

1.1. Factores institucionais

Os factores institucionais poderão ser bastante diferenciados, pelo que Vallés Giménez (1999) considera que serão todos aqueles que afectam o sistema institucional da Administração Local, bem como os relacionados com a sua ligação à Administração Central.

Para Fernández Llera *et al.* (2003), estes factores serão os que permitirão definir a estrutura socioeconómica do território, correspondente à instituição.

Como pudemos observar, os factores institucionais que poderão influenciar o endividamento são diversificados. No Quadro 1.1 apresentamos alguns dos mais estudados na literatura internacional.

Quadro 1.1 – Factores institucionais

<i>Factores explicativos do endividamento</i>	<i>Estudos</i>
Nível de competência	Vallés Giménez (2002)
	López Laborda & Vallés Giménez (2002)
	Benito López <i>et al.</i> (2004)
Carácter costeiro	Bastida Albaladejo & Benito López (2005)
	Zafra Gómez <i>et al.</i> (2009)
Número de habitantes	Farnharm (1985)
	Feld & Kirchgässner (2001)
	Pettersson-Lidbom (2001)
	Bastida Albaladejo & Benito López (2005)
	Fernández Llera <i>et al.</i> (2004)
Zafra Gómez <i>et al.</i> (2009)	
Limite legal máximo de endividamento	Farnharm (1985)
	Vallés Giménez (2002)
	López Laborda & Vallés Giménez (2002)
	Cabasés <i>et al.</i> (2007)
Cenários de consolidação orçamental	López Laborda & Vallés Giménez (2002)
	Salinas Jiménez & Álvarez García (2002 e 2003)
Evolução do sistema de financiamento	Vallés Giménez (2002)
	López Laborda & Vallés Giménez (2002)
Comunidades Autónomas uniprovinciais	Vallés Giménez (2002)
	López Laborda & Vallés Giménez (2002)
	Benito López <i>et al.</i> (2004)

² Utilizamos fundamentalmente literatura internacional, dado que ao nível nacional os estudos sobre esta matéria são quase inexistentes.

Os factores institucionais mais abordados na literatura internacional são o número de habitantes, seguido do limite legal máximo de endividamento e do nível de competência.

1.2. Factores político-ideológicos

Os factores político-ideológicos considerados determinantes do endividamento da Administração Local estão, regra geral, relacionados com a forma de governação, a ideologia política e com os ciclos eleitorais. Como se pode observar no Quadro 1.2, estes factores têm sido alvo de estudo de vários autores.

Quadro 1.2 – Factores político-ideológicos

<i>Factores explicativos do endividamento</i>	<i>Estudos</i>
Ideologia política	Kiewiet & Szakaly (1996)
	Feld & Kirchgässner (2001)
	Vallés Giménez (2002)
	López Laborda & Vallés Giménez (2002)
	Salinas Jiménez & Álvarez García (2002 e 2003)
	Bastida Albaladejo & Benito López (2005)
	Vila i Vila (2010)
Ciclo eleitoral	Fernández Llera <i>et al.</i> (2004)
	Fernández Llera <i>et al.</i> (2003)
	Vallés Giménez (2002)
	López Laborda & Vallés Giménez (2002)
	Salinas Jiménez & Álvarez García (2002 e 2003)
	Escudero Fernández & Prior Jiménez (2002)
	Vila i Vila (2010)
Coincidência política	Fernández Llera <i>et al.</i> (2003)
	López Laborda & Vallés Giménez (2002)
Tipo de governação (maioria/minoria)	Feld & Kirchgässner (2001)
	Salinas Jiménez & Álvarez García (2002 e 2003)
	Vallés Giménez (2002)
	López Laborda & Vallés Giménez (2002)
	Vila i Vila (2010)

1.3. Factores fiscais

O endividamento pode ser influenciado por vários factores de natureza fiscal. Vallés Giménez (2002) e López Laborda & Vallés Giménez (2002) assinalam que as principais causas fiscais que justificam o aumento do endividamento são fundamentalmente:

- A assimetria na descentralização de receitas e despesas o que fomenta a falta de responsabilidade fiscal;
- Obtenção de benefícios políticos, criando ilusão fiscal;
- Necessidade de financiar despesas de investimento;

- Necessidade de oferta de bens e serviços novos, bem como a melhoria da qualidade dos já existentes.

No âmbito destes aspectos, os factores mais discutidos e considerados ao nível internacional (Quadro 1.3) são a responsabilidade fiscal, o índice de independência financeira e a equidade intergeracional.

Quadro 1.3 – Factores fiscais

<i>Factores explicativos do endividamento</i>	<i>Estudos</i>
Responsabilidade fiscal	Farnham (1985)
	Feld & Kirchgässner (2001)
	Vallés Giménez (2002)
	Vallés Giménez <i>et al.</i> (2003)
	López Laborda & Vallés Giménez (2002)
	Fernández Llera <i>et al.</i> (2004)
	Benito López <i>et al.</i> (2004)
	Bastida Albaladejo & Benito López (2005)
	Cabasés <i>et al.</i> (2007)
	Zafra Gómez <i>et al.</i> (2009)
	Vila i Vila (2010)
Índice de independência financeira	Zafra Gómez <i>et al.</i> (2009)
Equidade intergeracional	López Laborda & Vallés Giménez (2002)
	Vallés Giménez <i>et al.</i> (2003)
	Cabasés <i>et al.</i> (2007)

1.4. Factores económico-financeiros

Os aspectos económicos que podem interferir no endividamento poderão ser, segundo Vallés Giménez (2002) e López Laborda & Vallés Giménez (2002):

- A disciplina que os mercados impõe ao nível dos juros;
- O diferente nível de rendimento *per capita*, pois poderá implicar níveis diferentes de despesas na Administração Local;
- As despesas com o pessoal;
- A política de estabilização económica.

São diversos os factores económico-financeiros abundantemente consideradas na literatura internacional. Neste sentido, tal como podemos observar no Quadro 1.4, são normalmente utilizados factores relacionados com as despesas e receitas públicas bem como com variadíssimos aspectos económicos.

Quadro 1.4 – Factores económico-financeiros

<i>Factores explicativos do endividamento</i>	<i>Estudos</i>
Taxa de desemprego	Feld & Kirchgässner (2001)
	López Laborda & Vallés Giménez (2002)
Rendimento <i>per capita</i>	Farnharm (1985)
	Kiewiet & Szakaly (1996)
	López Laborda & Vallés Giménez (2002)
	Vallés Giménez (2002)
	Fernández Llera <i>et al.</i> (2003, 3004)
	Vallés Giménez <i>et al.</i> (2003)
	Benito López <i>et al.</i> (2004)
	Cabasés <i>et al.</i> (2007)
	Bastida Albaladejo & Benito López (2005)
	Zafra Gómez <i>et al.</i> (2009)
Despesas de capital/ despesas de investimento	Bastida Albaladejo & Benito López (2005)
	Fernández Llera <i>et al.</i> (2003)
	Benito López <i>et al.</i> (2004)
	Fernández Llera <i>et al.</i> (2004)
	Zafra Gómez <i>et al.</i> (2009)
Vila i Vila (2010)	
Saldo orçamental não financeiro	Bastida Albaladejo & Benito López (2005)
	Zafra Gómez <i>et al.</i> (2009)
	Vila i Vila (2010)
Receitas de capital	Bastida Albaladejo & Benito López (2005)
	Salinas Jiménez & Álvarez García (2002 e 2003)
	Zafra Gómez <i>et al.</i> (2009)
Poupança bruta	Fernández Llera <i>et al.</i> (2003, 2004)
	Zafra Gómez <i>et al.</i> (2009)
Desenvolvimento turístico	Fernández Llera <i>et al.</i> (2003)
Actividade económica	Zafra Gómez <i>et al.</i> (2009)

2. Determinantes do endividamento dos municípios do Alto Trás-os-Montes

2.1. Objectivo, hipóteses e factores

No contexto actual de crise económica internacional, são vários os países que tentam evitar défices excessivos e consequentemente endividamentos elevados. Neste âmbito, no caso específico dos países de União Europeia (EU), tem-se verificado um esforço dos Estados membros, para tentarem cumprir os critérios de convergência. Ao nível mundial, existe cada vez mais a preocupação de cumprimento dos prazos de pagamento, por parte dos Estados, de forma a evitar más classificações das agências internacionais de *rating*.

Neste contexto, será fundamental, nos dias de hoje, a existência de políticas que permitam o desenvolvimento económico, o que possibilitará a criação de riqueza e logo menor endividamento. Adicionalmente, será fundamental ter um conhecimento dos factores que explicam o endividamento na Administração Pública, de forma a poderem ser criados mecanismos de gestão do mesmo. Este conhecimento permitirá ainda uma adaptação constante às novas realidades, tanto ao nível dos organismos de inspecção, como dos dirigentes públicos.

Dada a relevância deste tema, o objectivo desta investigação é a definição de um modelo que identifique os determinantes do nível de endividamento dos municípios portugueses da região do Alto Trás-os-Montes. Assim, serão estudados os principais aspectos institucionais, político-ideológicos, fiscais e económico-financeiros, brevemente apresentados no ponto anterior, tentando perceber quais e de que forma influenciam o endividamento dos municípios do Alto Trás-os-Montes.

Considerando o objectivo geral definem-se as seguintes hipóteses:

Hipótese 1: *Os factores institucionais influenciam os níveis de endividamento dos municípios portugueses do Alto Trás-os-Montes.*

Hipótese 2: *Os factores político-ideológicos influenciam os níveis de endividamento dos municípios portugueses do Alto Trás-os-Montes.*

Hipótese 3: *Os factores fiscais influenciam os níveis de endividamento dos municípios portugueses do Alto Trás-os-Montes.*

Hipótese 4: *Os factores económico-financeiros influenciam os níveis de endividamento dos municípios portugueses do Alto Trás-os-Montes.*

No sentido de estudar as hipóteses anteriores, apresentamos de seguida os possíveis factores a estudar, realçando o facto de a literatura internacional ter vindo a estudar vários factores

económicos que não seleccionamos para o nosso modelo. De entre estes, destacam-se o rendimento *per capita* e a taxa de desemprego. O facto de não as introduzirmos deve-se à impossibilidade de obtenção dos dados, individualmente por município, mas apenas para a região. Poderíamos optar por assumir os valores das NUTS III³, no entanto como apenas estudaremos, neste trabalho, a sub-região estatística do Alto Trás-os-Montes, ficaríamos com valores iguais para todos os municípios. Desta forma, optamos por não incluir estes factores, dado que não seriam diferenciadoras do nível de endividamento de cada município.

Quadro 2.1 – Factores e relação esperada

<i>Hipóteses</i>	<i>Factores</i>	<i>Relação esperada</i>
INSTITUCIONAIS	Dimensão (DIM)	+
	Limite legal máximo de endividamento (LIMEND)	+
POLÍTICO- IDEOLOGICAS	Ideologia do partido político no executivo (IDEOL)	+
	Forma de governação (FGOV)	?
	Coincidência do partido político do executivo com o da maioria na assembleia municipal (COIPP)	+
	Coincidência do partido do executivo com o do Governo Central (COIGC)	-
FISCAIS	Receitas Fiscais (RECFISC)	-
ECONÓMICO- FINANCEIRAS	Receitas próprias (RECPRO)	-
	Transferências do Governo Central (TRANGC)	-
	Despesa total (DESTOT)	+
	Despesas de capital (DESCAP)	+
	Receitas de capital deduzida dos passivos financeiros (RECCAP)	-
	Saldo corrente (SCOR)	-

O Quadro 2.1 apresenta, de forma resumida, os factores definidos para as diferentes hipóteses, bem como a relação que se espera que tenham com o endividamento. De realçar que alguns factores, de outro tipo, identificados na literatura internacional, também não foram considerados, devido a algumas especificidades do nosso estudo. Como exemplo, não

³ A NUTS III é constituída por 30 unidades, das quais 28 no Continente, com delimitação constante no Decreto-Lei n.º 244/2002, de 5 de Novembro, e duas nos territórios das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

apresentamos o factor ciclo eleitoral, por um lado devido à circunstância do estudo incidir apenas sobre o ano de 2007, e por outro, devido há não realização de eleições no mesmo.

2.2. Especificação do modelo e dados

A variável dependente do modelo será o endividamento líquido (ENDLIQ) *per capita*. A forma de cálculo deste indicador baseou-se no estabelecido no SEC 95, bem como na actual Lei das Finanças Locais⁴. Deste modo, será calculado pela diferença entre o valor dos passivos financeiros (dívidas a pagar de curto e médio e longo prazos) e o valor dos activos financeiros (dívidas de terceiros de curto e médio e longo prazos, títulos negociáveis, depósitos em instituições financeiras e saldo de caixa), à data de 31 de Dezembro, a dividir pelo número total de habitantes do município respectivo.

Realça-se ainda que, para todos os factores apresentados em valor absoluto (euros), se optou por proceder à sua conversão em função do número total de habitantes.

Neste sentido, para a consecução do objectivo definido neste estudo, iremos testar o modelo que apresentamos a seguir:

$$\begin{aligned} \text{ENDLIQ} = & \beta_0 + \beta_1 \text{DIM} + \beta_2 \text{LIMEND} + \beta_3 \text{IDEOL} - \beta_4 \text{COIGC} - \beta_5 \text{RECFISC} - \beta_6 \text{RECPRO} \\ & - \beta_7 \text{TRANGC} + \beta_8 \text{DESTOT} + \beta_9 \text{DESCAP} - \beta_{10} \text{RECCAP} - \beta_{11} \text{SCOR} + \varepsilon_i \end{aligned}$$

A estimação do modelo será efectuada recorrendo às regressões lineares múltiplas, pelo método dos mínimos quadrados. Optamos por utilizar esta metodologia, considerando, como refere Maroco (2007), que ela permite delinear relações entre variáveis (independentes) e prever o valor de um variável dependente. Durante o processo será feita a validação dos pressupostos do modelo de regressão linear, isto é os respeitantes aos erros ou resíduos e à ortogonalidade entre as variáveis independentes.

A população do estudo será constituída pela totalidade dos 14 municípios, sendo estudada uma amostra de 11 (devido à impossibilidade de dispormos de dados para o cálculo da variável dependente (endividamento líquido *per capita*) para 3), pertencentes à sub-região estatística do Alto Trás-os-Montes no ano de 2007. A escolha desta sub-região relaciona-se com o facto de pretendermos abordar uma que incluísse fundamentalmente municípios do

⁴ Segundo o n.º 2 do art.º 36 da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, o cálculo do endividamento líquido deverá ser consolidado (incluir a proporção das associações de municípios e sector empresarial local). No entanto, devido à falta de informação, para o ano de 2007, apenas será considerado o endividamento líquido das contas individuais dos municípios.

interior do país. Quanto à escolha do ano, relaciona-se com a circunstância de ter sido no mesmo que entrou em vigor a actual Lei das Finanças Locais.

Para a obtenção dos dados orçamentais e financeiros será utilizada a base de dados da Direcção Geral das Autarquias Locais (DGAL)⁵. A base de dados do Instituto Nacional de Estatística (INE)⁶ será utilizada para a obtenção de dados populacionais e o sitio da Comissão Nacional de Eleições (CNE)⁷ para os dos resultados eleitorais.

2.3. Resultados do modelo

Antes de apresentarmos os resultados recordamos que analisamos apenas 78,57% dos municípios do Alto Trás-os Montes.

Em relação aos resultados realçamos, considerando que utilizamos o método de selecção de variáveis *enter*⁸, a exclusão dos factores dimensão (DIM), a ideologia do partido político no executivo (IDEOL) e despesa total (DESTOT). Desta forma, não apresentaremos os resultados para as mesmas.

Quadro 2.2 – Estimação do Modelo

<i>Factores</i>	<i>B</i>	<i>t</i>	<i>Sig.</i>
Constante	6467,350	30,331	0,001
LIMEND	-0,086	-26,973	0,001
COIGC	-1953,123	-25,842	0,001
RECFISC	84,595	28,013	0,001
RECPRO	-38,774	-28,200	0,001
TRANGC	-4,429	-16,803	0,004
DESCAP	10,967	24,129	0,002
RECCAP	-11,987	-20,317	0,002
SCOR	-11,439	-24,139	0,002

$R^2 = 0,999$; R^2 Ajustado = 0,991; Estatística $F = 142,749$; $Sig. = 0,007$

Os resultados da estimação da regressão linear são os constantes do Quadro 2.2.. A apresentação de R^2 Ajustado de 0,991 na estimação do modelo permite afirmar que, os oito factores independentes apresentadas explicam 99,1% da variação observada no endividamento líquido.

⁵ www.portalautarquico.pt

⁶ www.ine.pt

⁷ www.cne.pt

⁸ Inclusão de todas as variáveis.

A estatística F com um valor de 142,749, associada a um p -value de 0,007, permite-nos concluir que o modelo é muito significativo. Constata-se também que todos os coeficientes de regressão são significativos (para um $\alpha = 5\%$), pelo que podemos apresentar o modelo, da seguinte forma:

$$\begin{aligned} \text{ENDLIQ} = & 6467,350 - 0,086 \text{ LIMEND} - 1953,123 \text{ COIGC} + 84,595 \text{ RECFISC} - 38,774 \\ & \text{RECPRO} - 4,429 \text{ TRANGC} + 10,967 \text{ DESCAP} - 11,987 \text{ RECCAP} - 11,439 \\ & \text{SCOR} \end{aligned}$$

Procedemos também à validação dos pressupostos do modelo, nomeadamente o da distribuição normal, homogeneidade e independência dos erros e diagnóstico de multicolinearidade, designadamente através dos testes de *Kolmogorov-Smirnov*, estatística de *Durbin-Watson* e diagnóstico de multicolinearidade.

Para alguns factores os resultados da estimação do modelo não confirmaram as relações esperadas, apresentando também resultados não significativos para outros (dimensão, ideologia do partido político no executivo e despesa total). No entanto, de uma forma geral, os resultados das relações das variáveis independentes com o endividamento, são bastante coincidentes com as expectativas iniciais (Quadro 2.3).

Quadro 2.3 – Factores, relação esperada e resultado obtido

<i>Hipóteses</i>	<i>Símbolo</i>	<i>Relação esperada</i>	<i>Resultado obtido</i>
INSTITUCIONAIS	DIM	+	Não significativo
	LIMEND	+	-
POLÍTICO- -IDEOLÓGICAS	IDEOL	+	Não significativo
	COIGC	-	-
FISCAIS	RECFISC	-	+
	RECPRO	-	-
ECONÓMICO- -FINANCEIRAS	TRANGC	-	-
	DESTOT	+	Não significativo
	DESCAP	+	+
	RECCAP	-	-
	SCOR	-	-

2.4. Discussão das hipóteses

As hipóteses definidas no ponto 2.1. tiveram por base a literatura internacional, pelo que, considerando os resultados do modelo, procedemos de seguida à sua discussão, enquadrando-a nessa literatura.

No que se refere à *Hipótese 1* os resultados do nosso modelo, permitem-nos verificar que não existe evidência estatística de que a dimensão seja factor determinante do endividamento dos municípios do Alto de Trás-os-Montes. Na literatura internacional constatamos que também Farnharm (1985) e de Bastida Albaladejo & Benito López (2005) não chegaram a resultados significativos.

O factor LIMEND apresenta um resultado contrário ao definido inicialmente, isto é constata-se, ao invés do que defende Barbosa (2002), que o facto de o limite ser em função do investimento⁹ (apenas até 2006), não fez com que o endividamento aumentasse, confirmando o defendido por Costa & Delgado (2003).

Em resumo, podemos concluir que, dos factores institucionais, apenas o limite de endividamento influencia os níveis de endividamento dos municípios do Alto Trás-os-Montes.

Quanto à *Hipótese 2* e na mesma linha de trabalhos como os de Feld & Kirchgässner (2001), Vallés Giménez (2002), López Laborda & Vallés Giménez (2002), Salinas Jiménez & Álvarez García (2002 e 2003), Bastida Albaladejo & Benito López (2005) e Vila i Vila (2010) não obtivemos evidência estatística de que a ideologia do partido político no executivo (diferenciação dos partidos de esquerda e de direita) influencie os níveis de endividamento dos municípios do Alto Trás-os-Montes.

Já para o factor COIGC, os resultados permitem confirmar a relação esperada. Desta forma podemos afirmar, tal como López Laborda & Vallés Giménez (2002) previam (mas não confirmaram) que, existindo coincidência, o Governo Central pode favorecer, através de transferências, o município, não necessitando este de recorrer ao endividamento.

Os resultados para o único factor estudado na *Hipótese 3*, isto é, RECFISC, são contraditórios com a expectativa inicial, pelo que podemos afirmar que influencia de forma positiva o endividamento dos municípios do Alto Trás-os-Montes, o que permite corroborar os resultados de Farnharm (1985), Vallés Giménez *et al.* (2003), Fernández Llera *et al.* (2004) e Cabasés *et al.* (2007).

Este resultado pode ser explicado, segundo Vallés Giménez *et al.* (2003) e Cabasés *et al.* (2007), pelo facto de os municípios, ao cobrarem mais receitas fiscais, ficarem com menos margem para as aumentar, pelo que quando necessitam de recursos, terão de recorrer ao endividamento. Outra explicação plausível, e neste caso mais aceitável, está relacionada com o facto de os municípios estudados serem do interior de Portugal e terem um fraco peso das

⁹ Realçasse o facto de a nova Lei das Finanças Locais, de 2007, não prever limites em função do investimento. No entanto, como até 2006 esse limite existia a forma de cálculo da variável considerou esse aspecto.

receitas fiscais na totalidade das receitas. Desta forma, como os municípios estão muito dependentes das transferências do Governo Central, quando têm necessidade de recursos adicionais, vêem-se obrigados a recorrer ao endividamento.

Quanto à *Hipótese 4* constatamos que o modelo apresenta valores significativos para a maior parte delas. Verifica-se, desta forma, que o modelo é muito consistente em relação aos factores económico-financeiros.

No que se refere às receitas próprias verifica-se que são validadas as expectativas iniciais, pelo que, tal como referem Bastida Albaladejo & Benito López (2005) e Vila i Vila (2010), podemos afirmar que os municípios que têm mais receitas próprias são os que menos recorrem ao endividamento.

Também em relação às transferências do Governo Central, e tal como seria expectável, se observam resultados estatisticamente significativos. Isto é, os municípios que recebem um valor mais elevado de transferências do Estado são os menos endividados.

A conjugação dos resultados dos dois factores, anteriormente apresentados, confere credibilidade ao modelo, pois se considerarmos que essas duas fontes de receita representam uma grande fatia das receitas dos municípios do Alto Trás-os-Montes, será normal que não tenham necessidade de recurso ao endividamento.

A estimação do modelo permitiu também validar as relações esperadas para os restantes factores (DESCAP, RECCAP e SCOR), com a excepção do factor das despesas totais, para a qual não se obtiveram resultados significativos. Neste sentido, em relação às receitas de capital, validamos os resultados apresentados por Bastida Albaladejo & Benito López (2005), Salinas Jiménez & Álvarez García (2002 e 2003) e Zafra Gómez *et al.* (2009), pelo que se constata que quanto mais altas são as receitas de capital deduzidas dos passivos financeiros, menor é o endividamento. Quanto ao saldo corrente corroboramos os resultados de Bastida Albaladejo & Benito López (2005), Zafra Gómez *et al.* (2009) e Vila i Vila (2010). Confirma-se também a hipótese de que quanto maiores são as despesas de capital, maior é o endividamento. Este resultado está em conformidade com os de Bastida Albaladejo & Benito López (2005), Fedrnández Llera *et al.* (2004), Zafra Gómez *et al.* (2009) e Vila i Vila (2010). No cômputo geral podemos afirmar, com alguma significância estatística, que os factores económico-financeiros influenciam os níveis de endividamento dos municípios do Alto Trás-os-Montes.

Conclusão

Da revisão da literatura registámos que existem vários estudos relacionados com os determinantes do endividamento da Administração Local. Tendo em consideração essa literatura, constatámos que as investigações tentam definir modelos que expliquem o endividamento, estudando factores institucionais, político-ideológicos, bem como fiscais e económico-financeiros.

Após a abordagem teórica e considerando que o objectivo geral desta investigação seria a definição de um modelo que identificasse e conjugasse os determinantes do nível de endividamento dos municípios da região do Alto Trás-os-Montes, definimos as hipóteses a testar e especificámos o modelo.

Posteriormente testámos estatisticamente o modelo, para o ano de 2007, através da utilização de regressões lineares múltiplas, o que nos permitiu constatar o seguinte:

- Dos factores institucionais, apenas o limite legal máximo de endividamento (LIMEND) influencia o endividamento dos municípios do Alto Trás-os-Montes.
- A coincidência do partido do executivo com o do Governo Central (COIGC) é o único que apresenta resultados significativos, quanto aos factores político-ideológicos.
- Contrariamente ao que seria expectável, existe uma influência positiva das receitas fiscais (RECFISC) em relação ao endividamento.
- Dos factores económico-financeiros, apenas as despesas totais (DESTOT) não apresentam resultados significativos, sendo que, para os restantes, se confirmam as expectativas iniciais.

A presente investigação padece de algumas limitações, pelo que destacamos, antes de mais, o facto de apenas ter sido estudado um ano. Este aspecto limitou, à partida, a definição do modelo, dado que obrigou à exclusão de factores (por exemplo ciclo eleitoral), estudados na literatura internacional, por não serem observáveis nesse período.

Outra limitação relaciona-se com a reduzida dimensão da população estudada, 14 municípios do Alto Trás-os-Montes, tendo sido estudada uma amostra de 11, o que condicionou, por um lado, a utilização de métodos estatísticos e, por outro, a definição dos factores.

Em futuras investigações será fundamental estudar uma população maior (por exemplo todos os municípios portugueses) e incluir o aspecto temporal com a análise de um período de tempo de pelo menos seis anos, na tentativa de apresentarmos um modelo possa ser útil para os gestores e políticos municipais, bem como para os diversos órgãos de controlo.

Bibliografía

- BARBOSA, A. (2002). Nota sobre uma Lei “explosiva”. *Boletim Económico*, Banco de Portugal. Dezembro.
- BASTIDA ALBALADEJO, F. & BENITO LÓPEZ, B. (2005). Análisis del endeudamiento en los ayuntamientos: un Estudio Empírico. *Revista Española de Financiación y Contabilidad*, XXXIV (126), p. 613-635.
- BENITO LÓPEZ, B., BRUSCA ALIJARDE, I. & MONTESINOS JULVE, V. (2004). Análisis del endeudamiento en las comunidades autónomas. *Revista de Contabilidad*. 7 (13) p. 85-112.
- CABASÉS, F., PASCUAL, P. & VALLES, J. (2007). The effectiveness of institutional borrowing restrictions: Empirical evidence from Spanish municipalities. *Public Choice*. 131 (3-4) p. 293-313.
- COSTA J. & DELGADO A. (2003). O Endividamento Municipal na Região Norte de Portugal. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*. 2 p. 5-25.
- ESCUADERO FERNÁNDEZ, P. & PRIOR JIMÉNEZ, D. (2002). *Análisis del Endeudamiento y Efectos de su Control en las Corporaciones Locales*. IX Encuentro de Economía Pública. 7 e 8 de Febrero. Vigo.
- FARNHARM, P. G. (1985). Re-examining Local Debt Limits - Disaggregated Analysis. *Southern Economic Journal*. 51 (4) p. 1186-1201.
- FELD, L. & KIRCHGÄSSNER G. (2001). Does direct democracy reduce public debt? Evidence from Swiss municipalities. *Public Choice*, 109 p. 347-370.
- FERNÁNDEZ LLERA, R., GARCÍA VALIÑAS, M. A., CANTARERO PRIETO, D. & PASCUAL SÁEZ, M. (2004). *Factores determinantes del endeudamiento de los Entes Locales. Una aplicación al caso español*. XI Encuentro de Economía Pública. 5 y 6 de Febrero. Barcelona.
- FERNÁNDEZ LLERA, R., GARCÍA VALIÑAS, M. A., CANTARERO PRIETO, D. & PASCUAL SÁEZ, M. (2003). *El endeudamiento de los gobiernos locales en España: Aspectos generales y resultados empíricos*. IV Jornadas de la Asociación Galega de Estudios de Economía del Sector Público. 14 de Noviembre. Santiago de Compostela.
- KIEWIET, D. & SZAKALY, K. (1996). Constitutional Limitations on Borrowing: An Analysis of State Bonded Indebtedness. *Journal of Law, Economics, and Organization*. 12 (1) p. 62-97.

- LOBO, F. & RAMOS, P. (2009). *Análise do Regime Jurídico do Endividamento dos Municípios em Portugal - A Nova Lei das Finanças Locais*. 15.º Congresso da APDR. 6 a 11 de Julho. Praia - Ilha de Santiago, Cabo Verde.
- LÓPEZ LABORDA, J. & VALLÉS GIMÉNEZ, J. (2002). *Evolución del endeudamiento autonómico entre 1985 y 1997: La incidencia de los escenarios de consolidación presupuestaria y de los límites de la LOAFCA*. Papeles de trabajo del Instituto de Estudios Fiscales. 2/02 p. 1-52.
- MAROCO, J. (2007). *Análise Estatística Com Utilização do SPSS*. Sílabo. Lisboa.
- PETTERSSON-LIDBOM, P. (2001). An Empirical Investigation of the Strategic Use of Debt. *The Journal of Political Economy*. 109 (3) p. 570-583.
- SALINAS JIMÉNEZ, J. & ÁLVAREZ GARCÍA, S. (2002). *La efectividad de los límites al endeudamiento autonómico. Una perspectiva de teoría de la elección pública*. 8.º Congreso de Economía Regional de Castilla y León. 28-30 de noviembre. Valladolid.
- SALINAS JIMÉNEZ, J. & ÁLVAREZ GARCÍA, S. (2003). *Los mecanismos de control del endeudamiento de los niveles subcentrales de gobierno. Análisis teórico y evidencia empírica del caso español*. XXIX Reunión de Estudios Regionales. 27-28 de noviembre. Santander.
- VALLÉS GIMÉNEZ, J. (1999). *El Control de la Deuda Subcentral: Análisis Teórico y Aplicado. El Endeudamiento Autonómico*. Tesis Doctoral. Universidad Zaragoza.
- VALLÉS GIMÉNEZ, J. (2002). Un modelo explicativo de las causas del endeudamiento autonómico. El impacto de los límites de la Ley Orgánica de Financiación de las Comunidades Autónomas. *Revista Galega de Economía*. 11 (1) p. 1-36.
- VALLÉS GIMÉNEZ, J., PASCUAL ARZOZ, P. & CABASÉS HITA, F. (2003). Endeudamiento municipal y efectividad de las restricciones institucionales de disciplina crediticia (1988-2000). *Hacienda Pública Española/Revista de Economía Pública*. 166 (3) p. 9-47.
- VILA I VILA, J. (2010). *Endeudamiento, gastos de inversión, y ciclo político presupuestario en las haciendas locales. El caso de los ayuntamientos valencianos*. XVII Encuentro de Economía Pública. 4 y 5 de febrero. Murcia.
- ZAFRA GÓMEZ, J., PLATA DÍAZ, A. & PÉREZ LÓPEZ, G. (2009). *Factores Determinantes de la deuda vida viva en los ayuntamientos. Una aplicación al caso español*. XV Congreso AECA. 23 a 25 de septiembre. Valladolid.